



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
6ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - SP



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
Relatório de Gestão do Exercício de 2011

MARÇO DE 2012



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
6ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – SP

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

Relatório de Gestão – Exercício 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011.

SÃO PAULO/SP, MARÇO DE 2012.

SUMÁRIO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS E SUBITENS	PÁGINA
	Sumário	2
	Lista dos Anexos	4
	Lista de Abreviaturas e Siglas	5
	Organograma Funcional da 6ª SRPRF	6
1	Introdução	8
1.1	Identificação da UJ	11
2	Responsabilidades Institucionais da Unidade	12
2.1	Competências Institucionais	12
2.1.2	Objetivos Estratégicos	12
2.2	Estratégias de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais	14
2.2.1	Análise do Andamento do Plano Estratégico	14
2.2.2	Análise do Plano de Ação	14
2.2.3	Corregedoria Regional	15
2.2.4	Seção Administrativa e Financeira	21
2.2.5	Seção de Recursos Humanos	25
2.2.6	Seção de Policiamento e Fiscalização	33
2.2.7	Programa de Governo sob a responsabilidade da unidade	36
2.3	Desempenho Orçamentário e Financeiro	38
2.3.1	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	38
3	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	41
4	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	42

5	Recursos Humanos da UJ	43
5.1	Composição do Quadro de Servidores Ativos	43
5.1.1	Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada	43
5.1.2	Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada	45
5.1.3	Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da UJ	45
5.1.4	Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade	45
5.1.5	Qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a escolaridade	46
5.2	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	47
5.2.1	Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria	47
5.2.2	Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada	47
5.3	Composição do Quadro de Estagiários	48
5.4	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	49
5.5	Terceirização de Mão de Obra Empregada pela Unidade Jurisdicionada	50
5.5.1	Terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão	50
5.5.2	Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados	50
5.5.3	Contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade	51
5.5.4	Locação de mão de obra para atividade não abrangidas pelo plano de cargos do órgão	52
5.6	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	53

6	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela lei 8.730/93	54
7	Estrutura de Controles Internos da UJ	55
7.1	Declaração de Atualização de Dados no SIASG E SINCONV	57
8	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	58
9	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	60
10	Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	62
11	Despesas com Cartão de Crédito Corporativo	63
11.1	Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício	63
11.2	Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade	64
12	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	64
13	Resultados e Conclusões	65
14	Anexos	67

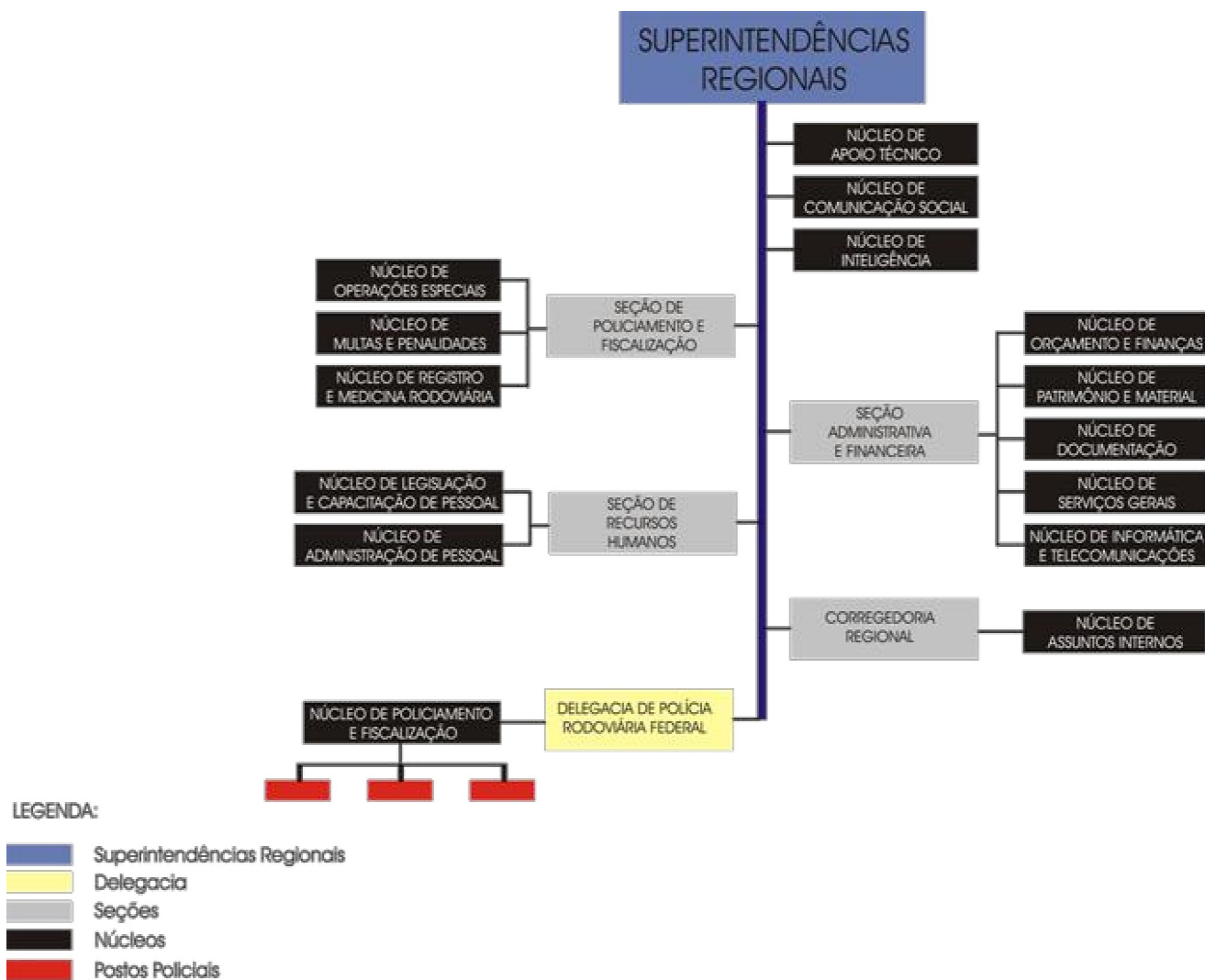
ANEXO

ANEXO I	Declaração do Contador	67
-------------------------	--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

6ª SRPRF	6ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
LOA	Lei Orçamentária Anual
MJ	Ministério da Justiça
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA	Plano Plurianual
PRF	Polícia Rodoviária Federal
RG	Relatório de Gestão
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada

ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA 6ª SRPRF



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Martins Cardozo

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Diretora-Geral
Maria Alice Nascimento Souza

6ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Superintendente
Helenio Romualdo Almeida

Superintendente Substituto
Eduardo Augusto do Prado

Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização
Mardilher Ramalho Ribeiro

Chefe da Seção Administrativa e Financeira
Celso Rodrigues da Silva

Chefe da Seção de Recursos Humanos
Natanael Vitoriano do Prado

Chefe da Corregedoria Regional
Sérgio Vinhas de Souza

1. INTRODUÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, com a Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e Portaria TCU nº 123/2011, e compõe o relatório de Tomada de Contas Anual, da 6ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – SP, relativamente ao exercício de 2011. Está estruturado em itens e subitens, seguindo as disposições previstas nas normativas citadas.

Os seguintes itens, previstos nos dispositivos normativos supracitados, não integram o presente Relatório de Gestão, ou por não terem ocorrido no exercício 2011, ou por não se aplicarem à natureza da Unidade, ou ainda por serem aplicáveis apenas à Unidade Central da Polícia Rodoviária Federal, o DPRF, sediado em Brasília – DF:

ITENS PREVISTOS NA PORTARIA TCU 123/2011	JUSTIFICATIVAS
2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	Os programas de Governo previstos no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual são aplicáveis a todo o DPRF, e não especificamente às suas unidades desconcentradas, dentre elas a 6ª SRPRF.
2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	
2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ	
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	Todos os recursos orçamentários e financeiros utilizados pela 6ª SRPRF são disponibilizados pela unidade central, o DPRF, que os distribuem a todas as Superintendências da Polícia Rodoviária Federal, de acordo com as necessidades de cada uma das unidades desconcentradas, além de controlar toda a programação, movimentação e execução dos créditos e despesas.
2.4.1 Programação orçamentária das despesas	
2.4.2 Programação de Despesas Correntes	
2.4.3 Programação de Despesas de Capital	
2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas	
2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesas	
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa	
2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ	
3.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	Não aplicável à 6ª SRPRF no exercício 2011.
6.1 INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO	Não aplicável à 6ª SRPRF no exercício 2011.
6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011	
6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos Exercícios	
6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes	
6.2 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS,	

TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE	
6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse	
6.3 ANÁLISE CRÍTICA	
14.1 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ	
14.2 VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA	
14.3 CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOA JURÍDICA E FÍSICA	
14.4 BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA TRIBUTÁRIA - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICA	
14.5 PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS FINANCIADOS COM CONTRAPARTIDA DE RENÚNCIA DE RECEITA TRIBUTÁRIA	Não aplicável à 6ª SRPRF.
14.6 PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS	
14.7 COMUNICAÇÕES À RFB	
14.8 INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS	
14.9 DECLARAÇÃO	
14.10 FISCALIZAÇÕES REALIZADAS PELA RFB	
15.1 – Deliberações do TCU atendidas no Exercício	
15.2 – Deliberações do TCU pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	
15.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	
15.4 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	Não ocorreram recomendações dos órgãos de controle interno ou externo no exercício 2011.
16.1 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	
16.2 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA PENDENTES DE ATENDIMENTO	

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão exibirá as principais realizações da gestão no exercício e os recursos financeiros utilizados para a sua concretização.

As realizações e os resultados operacionais demonstrados devem ser considerados em função tanto dos recursos orçamentários e financeiros, cujas gestões estão sob a responsabilidade da Unidade Central, o DPRF, quanto em função das dificuldades administrativas por que passou a 6ª SRPRF durante o exercício de 2011.

O ano de 2011 foi marcado, no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, por profundas mudanças em sua estrutura administrativa, tanto na Unidade Central, quanto na maioria das unidades desconcentradas.

Na Unidade Central assumiu a Diretora Maria Alice Nascimento Souza, que

procedeu a significativas alterações no quadro de dirigentes de diversas Regionais. No âmbito da 6ª SRPRF, tais alterações afetaram de forma profunda a atuação da unidade durante o exercício de 2011.

Até o primeiro trimestre do exercício de 2011 a 6ª SRPRF foi comandada pelo Inspetor João Bosco Ribeiro, que cedeu o seu lugar para o Inspetor Márcio José Pontes, o qual assumiu a unidade, interinamente, até o mês de julho. Em 15 de julho foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria que nomeou o atual dirigente da Unidade, Inspetor Helenio Romualdo Almeida.

Todas essas mudanças, dentro de um mesmo exercício, culminaram com circunstâncias que, de certa forma, prejudicaram o desempenho da Unidade na medida em que as ações necessárias não puderam ser planejadas e executadas pelos titulares da gestão em razão do pouco tempo que estes tiveram para implementá-las.

O atual Superintendente Regional, Inspetor Helenio Romualdo Almeida, teve apenas pouco mais de 05 (cinco) meses no exercício de 2011 para conhecer a situação em que se encontrava a 6ª SRPRF-SP e tomar as primeiras medidas, objetivando sanear as falhas encontradas, bem como realinhar as ações da Unidade com sua missão institucional.

Com o presente documento a 6ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício de 2011, enaltecendo sua missão institucional de Preservação da vida e promoção da paz pública, em um processo permanente de gestão e de prática de responsabilidade social, procurando desenvolver e promover, em que pesem as dificuldades existentes, ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

1. IDENTIFICAÇÃO DA UJ

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 002831
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: 6ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: PRF			
Código SIORG: 002831	Código LOA: 30107		Código SIAFI: 200117
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(011) 2795-2300	(011) 2954-0712 / FAX	
E-mail: sup.sp@dprf.gov.br			
Página na Internet: www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Ciro Soares de Almeida, 150 , Vila Maria – São Paulo/SP – CEP 02167-000			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição Federal (Art. 144, Inc. II e § 2º), Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro – Art. 7º, Inc. V e Art. 20), Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995 (Define a competência da Polícia Rodoviária Federal, e dá outras providências).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União em 06 de agosto de 2007).			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200109	Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Gestão Tesouro		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	200109	Código SIAFI da Gestão	00001

2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

2.1 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

As competências institucionais da 6ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – 6ª SRPRF, unidade desconcentrada do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF, são as mesmas atribuídas à unidade central, estando previstas na Constituição Federal (Art. 144, Inc. II e § 2º), Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro – Art. 7º, Inc. V e Art. 20), Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995 (Define a competência da Polícia Rodoviária Federal, e dá outras providências), e no Regimento Interno do DPRF (Portaria nº 1.375/2007 do Sr. Ministro de Estado da Justiça).

Nossas competências, num sentido mais amplo, busca a valorização da vida sob a ótica da Segurança Pública e da Segurança Viária, com atuação nas Rodovias Federais do Estado de São Paulo, por meio da presença física dos nossos agentes, contribuindo dessa forma para a preservação da incolumidade pública e manutenção da paz social.

Com marcante enfrentamento ao combate dos mais diversos crimes que ocorrem nas rodovias federais, nossa expertise nos deixa sempre um degrau acima na questão segurança pública, pois sempre estamos entre os primeiros, frente aos demais órgãos da nossa nação, no quesito apreensões conforme discriminado: combates contra a pirataria, o contrabando e o descaminho, tráfico de drogas e armas e flora e fauna silvestre, recuperação de veículos roubados e furtados, e ainda, combate a exploração sexual de crianças e adolescente.

Não obstante, ainda atuamos na prevenção de acidentes através de palestras educacionais e campanhas educativas, atendimentos de acidentes com ou sem vítimas e política de polícia cidadã.

É notório que o número de veículos constantemente vem aumentando em nosso país, porém, como política de enfrentamento para essa situação, estamos contribuindo de forma significativa para a redução dos números de acidentes de trânsito, mortos e feridos, conforme vem sendo demonstrado pelos órgãos de imprensa, principalmente em períodos de feriados prolongados.

Assim, o plano de atuação da nossa Superintendência busca, cada vez mais, prestar um serviço relevante e de qualidade à sociedade, beneficiária de todas as atividades empreendidas pela Polícia Rodoviária Federal.

2.1.2 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O DPRF, em todo o Brasil, e a 6ª SRPRF, no Estado de São Paulo, exercem suas atribuições atuando nas rodovias federais, em ações relacionadas ao trânsito e à segurança pública, assim como em outras realizadas em parceria com diversas instituições.

Fora das circunscrições das rodovias federais a Polícia Rodoviária Federal atua em parceria com diversos órgãos, como, por exemplo, no combate à criminalidade em geral, à prostituição infantil, ao tráfico de seres humanos, em parceria com o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, e outras instituições; ou no combate ao trabalho em condições análogas à de escravo, fazendo parte do Grupo Móvel formado pelo Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego, e outras instituições.

No âmbito da 6ª SRPRF a Polícia Rodoviária Federal atua em algumas das principais rodovias do país, responsáveis pelo escoamento de grande parcela da produção agrícola e industrial de todo o Brasil. São elas: a Rodovia Presidente Dutra (BR116), Rodovia Fernão Dias (BR381), Rodovia Régis Bitencourt (BR116), Rodovia Rio-Santos (BR101), Rodovia Transbrasiliana (BR153), Rodovia Hélio Smidt (BR610), além da BR459 (Rodovia Lorena-Itajubá) e BR488 (Basilica de Aparecida)

Sabe-se que, pela priorização dada ao transporte por rodovias, em decorrência de políticas públicas de natureza econômica, as viagens por via rodoviária transformaram-se na principal forma de deslocamento de pessoas e cargas no território brasileiro. As rodovias federais, nesse contexto, representam objetivo estratégico na efetivação de qualquer programa de desenvolvimento, pois representam o principal meio de integração nacional.

Essa integração é consolidada pela atuação da Polícia Rodoviária Federal - PRF, que está presente em todo o país, em contato direto com a população e, em alguns casos, em razão das peculiaridades de determinadas regiões, é a única instituição do Governo Federal a servir de referência a seus habitantes.

Uma das principais áreas de atuação da Polícia Rodoviária Federal, consubstanciando-se em um de seus principais objetivos, refere-se à diminuição dos acidentes de trânsito. Estes representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois além de interferirem nas políticas públicas em razão dos dispendiosos gastos governamentais deles decorrentes, causam prejuízos anuais milionários em razão das cargas e dos veículos envolvidos. Em relação às vítimas, os prejuízos causados às famílias e à sociedade são imensuráveis. Com uma ação mais efetiva objetivando a redução das vítimas de acidentes de trânsito, pode-se reduzir drasticamente os gastos da previdência social, do sistema de saúde, e da economia como um todo.

A principal dificuldade da 6ª SRPRF na consecução de seus objetivos decorre da insuficiência dos Recursos Humanos, tanto na área fim, quanto na área meio, sendo necessária a utilização de policiais rodoviários federais em diversas atividades administrativas em razão dessa insuficiência.

Tal insuficiência também impede ou dificulta a implementação de ações relacionadas à segurança e à educação de trânsito, previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, e também aquelas relacionadas ao combate à criminalidade, pois vai de encontro ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento das mercadorias em circulação e ao crescimento organizado da criminalidade.

Cabe salientar, ademais, que por ser o Brasil protagonista de grandes eventos internacionais nos próximos anos, tais como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, o aumento do efetivo da PRF, por meio da realização de concursos públicos e nomeação de novos policiais, consubstancia-se na principal necessidade da 6ª SRPRF e do DPRF para os próximos exercícios, lembrando que, tanto a realização de concursos públicos, quanto o treinamento de novos policiais, são ações que demandam tempo considerável, razão pela qual devem ser planejados com bastante antecedência.

Igualmente importante é a disponibilização de recursos financeiros que objetivem a capacitação e atualização dos atuais policiais rodoviários, afim de que a PRF possa cumprir seu papel institucional com eficiência, tanto durante a realização desses eventos, assim como em sua regular atuação diuturna.

2.2 – ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.2.1 – ANÁLISE DO ANDAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO

Em atendimento às prioridades organizacionais, nossa Superintendência definiu como objetivos principais para 2011, os elencados abaixo:

- Diminuição do número de acidentes e de mortos e feridos nas rodovias
- Ênfase nas ações de combate à criminalidade
- Modernização das Infraestrutura predial dos postos, delegacias e superintendência
- Modernização das viaturas operacionais
- Valorização do servidor e do serviço público
- Aproximar a chefia do policial que trabalha na pista

2.2.2 - ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO

A ferramenta Cartão Programa - que após estudos e análise estatísticos proporciona o direcionamento das viaturas para que estas atuem em pontos estratégicos ao longo da rodovia (locais estes com maior ocorrências de acidentes de trânsitos, com ou sem vítima e crime) - restou prejudicado em razão do baixo efetivo.

Ademais, tal ferramenta, importantíssima para direcionamento das nossas viaturas a fim de executarem as atividades de policiamento onde realmente se faz necessária sua presença, por diversas vezes não pode ser cumprida, em razão de demandas crescentes, tais como: aumento constante da frota nacional, ocorrências criminais e acidentes de trânsito com vítimas apresentadas nas Delegacias da Polícia Civil - locais estes que também sofrem em razão do baixo efetivo, pois centralizam diversas outras ocorrências policiais apresentadas nas mesmas delegacias.

Como a maior parte das nossas rodovias se acha concessionada, diversos postos e delegacias já foram reformados; porém, algumas delegacias, bem como nossa Superintendência, não são contempladas por tais verbas, em razão de não se acharem instaladas na área de domínio da rodovia. Portanto, ainda dependemos de verbas públicas para manutenção de tais prédios, o que restou prejudicado no exercício, devido a contenção de gastos que fora decretado pelo Governo Federal.

No sentido inverso, nossas viaturas atualmente são modernas devido à aquisição de novos equipamentos pelo DPRF, bem como, renovação da frota através de verbas das concessionárias em rodovias concessionadas.

Conforme descrito no item 1 – INTRODUÇÃO, no exercício 2011, foram três superintendentes que assumiram a função em períodos diferentes, finalizando no exercício o Inspetor Helenio, que desde julho de 2011 comanda a nossa Superintendência.

Todas essas mudanças no mesmo ano, prejudicaram o desempenho da unidade, na medida em que não houve tempo hábil para a elaboração de um planejamento estratégico mais eficiente. Portanto, definimos os pontos mais importantes descritos no item 2.2.1, a fim de não

prejudicar o desempenho da nossa unidade e a nossa missão institucional.

Como parte de nossa análise, apresentamos a seguir as ações desenvolvidas pelas Seções que compõem a Superintendência.

2.2.3 - CORREGEDORIA REGIONAL



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
6ª Superintendência Regional/SP
Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2011

Quanto ao Relatório de Gestão relativo ao ano de 2.011, que nos fora determinado pela autoridade administrativa da 6ªSRPRF/SP, a apresentar, com dados referentes ao gerenciamento dos assuntos correicionais e afins, relatamos a seguir os pontos que consideramos necessários para análise e ponderações por parte do Órgão de Controle.

Ao assumirmos a CR/6ªSRPRF/SP, em meados de julho do ano de 2.011, encontramos um passivo de “136” Processos devidamente “autuados”, e, portanto, constantes do Mapa Cartorial apresentado mensalmente ao controle gerencial da Divisão de Gestão da Corregedoria Geral do DPRF/MJ, sendo que destes, “92” estavam aguardando providências por parte da Corregedoria, quais sejam, em Instrução Preliminar (55), Análise de Admissibilidade Processual (27) e Análise de forma e mérito (10).

Além deste passivo, havia ainda cerca de aproximadamente 108 denúncias diversas a serem analisadas e segundo conclusão acerca destas análises, serem encaminhadas para passos seguintes, os quais, seguindo Normativa própria da Corregedoria Geral do DPRF, IN 01/CG/2.010, Lei 8.112/90 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União), Constituição Federal, Código Penal, Código de Processo Penal, Código Civil, Código de Processo Civil, Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), bem como e ainda, de leis especiais.

Em andamento, contabilizávamos “43” Processos (dos quais: “27” P.A.D, “5” S.A.D e “11” S.A.I). E, aguardando formação de comissão, “1” Processo.

Neste período, o efetivo da Seção foi de apenas “6” servidores PRFs, “1” servidora contratada na função de telefonista e “1” estagiária.

Relativo ao quadro de servidores PRFs, são eles:

- 1) Sergio Vinhas de Souza, matrícula SIAPE nº 1073299, lotado na SCR desde 08/03/2000, atual Corregedor Regional;
- 2) Eloisio Franco, matrícula SIAPE nº 1068903, lotado e em exercício na SCR desde 11/08/2003, atual Corregedor Regional Substituto e Chefe do Núcleo de Assuntos Internos;
- 3) Rogério Pereira Macedo, matrícula SIAPE nº 1480447, lotado e em exercício na SCR desde 26/04/2010, atual Chefe do Núcleo de Assuntos Internos Substituto;
- 4) Antonio Carlos de Oliveira Cruz Junior, matrícula SIAPE nº 1073322, lotado e em exercício na SCR desde 21/06/2010, co-responsável por análises afins, minutas de Despachos afins, diligências em Assuntos Internos;
- 5) Adamur dos Santos Garcia, matrícula SIAPE nº 1515211, lotado e em exercício na SCR desde 01/06/2010, co-responsável por todo assunto cartorial, assuntos diversos, minutas de despachos afins, diligências em Assuntos Internos;
- 6) Vania Carla Savay, matrícula SIAPE nº 1480340, lotada e em exercício na SCR desde 01/09/2011, co-responsável por análises afins, assuntos diversos, minutas de despachos afins, diligências em Assuntos Internos;

A posição desta Corregedoria Regional, em dezembro de 2011, esta contabilizada da seguinte forma: “53” Processos aguardando providências da Corregedoria, quais sejam, em Instrução Preliminar (25), Análise de Admissibilidade Processual (26) e Análise de Forma e Mérito (2). Em andamento, contabilizamos “65” Processos (dos quais: “43” P.A.D., “5” S.A.D. e “17” S.A.I). E, por fim, contabilizamos “27” Processos, devidamente instruídos em Instrução Preliminar, com Nota Técnica emitida e Despacho da autoridade administrativa acolhendo sugestão de instauração do devido procedimento de natureza disciplinar, os quais estão aguardando formação de Comissões.

Abaixo reproduzimos resumo do quadro demonstrativo:

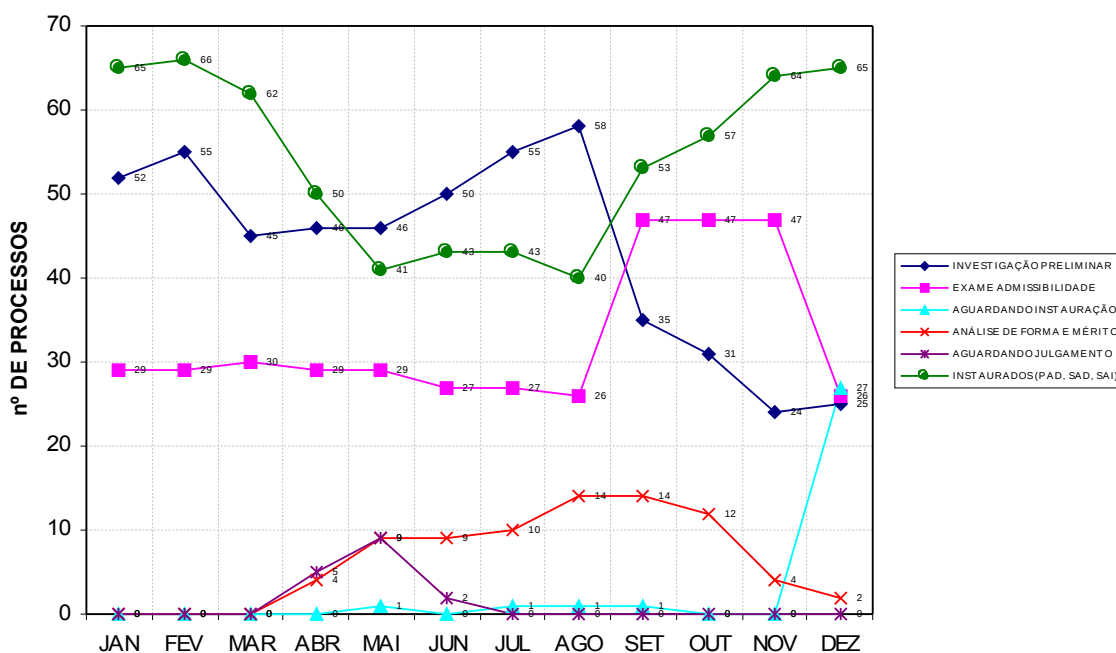
SITUAÇÃO DO PROCESSO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR	52	55	45	46	46	50
EXAME ADMISSIBILIDADE	29	29	30	29	29	27
AGUARDANDO INSTAURAÇÃO	0	0	0	0	1	0
INSTAURADOS PAD	37	38	37	32	26	26
INSTAURADOS SAD	15	15	13	9	6	6
INSTAURADOS SAI	13	13	12	9	9	11
ANÁLISE DE FORMA E MÉRITO	0	0	0	4	9	9
AGUARDANDO JULGAMENTO	0	0	0	5	9	2
TOTAL	146	150	137	134	135	131

fonte: Relatório Correicional

SITUAÇÃO DO PROCESSO	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR	55	58	35	31	24	25
EXAME ADMISSIBILIDADE	27	26	47	47	47	26
AGUARDANDO INSTAURAÇÃO	1	1	1	0	0	27
INSTAURADOS PAD	27	25	30	35	42	43
INSTAURADOS SAD	5	5	4	5	5	5
INSTAURADOS SAI	11	10	19	17	17	17
ANÁLISE DE FORMA E MÉRITO	10	14	14	12	4	2
AGUARDANDO JULGAMENTO	0	0	0	0	0	0
TOTAL	136	139	150	147	139	145

fonte: Relatório Correicional

SITUAÇÃO DO PROCESSO



Durante este lapso temporal, o quantitativo de processos julgados foi o seguinte:

MÊS	ABSOLVICAÇÃO	SUMÁRIO	SUSPENSÃO	TOTAL
JAN				
FEV				
MAR	2	1	5	8
ABR	3	1	3	7
MAI	7	2		9
JUN		3		3
JUL			1	1
AGO				
SET	1	1	1	3
OUT	5		1	6
NOV	7		2	9
DEZ		6		6
TOTAL	25	14	13	52

fonte: relatório CR

O número de Instruções Preliminares (IPs), procedimentos prévios destinados à obtenção de informações indispensáveis ao juízo de admissibilidade processual para alicerçar a decisão da autoridade instauradora, quanto ao que estabelece o artigo 143 da Lei nº 8.112/90, autuados, convertidos em processo administrativo e arquivados em 2011, é o seguinte:

Entrada de IPs:

	MÊS	ENTRADA	ABERTURA PROCESSO	ARQUIVAMENTO	TOTAL
	JAN	1			
	FEV	3			
	MAR	16		4	4
	ABR	15		5	5
	MAI	19			
	JUN	3	1	6	7
2011	JUL	2			
	AGO	13		4	4
	SET	10		3	3
	OUT	6	1	1	2
	NOV	14		2	2
	DEZ	10		2	2
	TOTAL	112	2	27	29

fonte: relatório Controde de Ips

Comunicações diversas arquivadas (notícias de irregularidades diversas que não possuem o mínimo de indícios a serem apurados ou que não são oriundas do quadro da PRF):

	MÊS	TOTAL
	1	
	2	
	3	4
	4	2
	5	
	6	
2011	7	
	8	1
	9	1
	10	1
	11	
	12	3
	TOTAL	12

fonte: documentos CR

Dentre as medidas que implementaram a celeridade nas diversas modalidades de serviço da Corregedoria, ressaltamos:

- Otimização e efetivação de nova dinâmica de trabalho;
- Disposição de novo lay-out na Seção;
- Descentralização de decisões e ampliação na capacidade de participação em planejamentos e operacionalidades;
- Planejamento de AGS para operacionalização no 1º semestre de 2012;
- Motivação na busca de melhoria da eficiência e alcance de resultados;
- Valorização do ser humano e reconhecimento do empenho dos servidores que se mantiveram no quadro da Seção;
- Relativização de conflitos obscuros e controle de conflitos aparentes;
- Servidores trabalhando 10, 12 e 14 horas por dia;
- Servidores trabalhando aos sábados, domingos, e feriados até o alcance efetivo do equilíbrio de demandas herdadas;
- Dentre outras.

Soluções que podem melhorar ainda mais a eficiência e os resultados correicionais:

- Disponibilização de maior efetivo para a Corregedoria Regional;
- Disponibilização de maior espaço físico para o desenvolvimento dos trabalhos internos (concessão de mais salas);
- Disponibilização de mais equipamentos básicos para o desenvolvimento de trabalhos internos;
- Disponibilização de mais equipamentos especiais para os trabalhos externos.

2.2.4 - SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

LICITAÇÕES			
Nº	PROCESSO	OBJETO	VALOR
1	08658011797/2011-19	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço telefônico fixo comutado, local, longa distância, nacional e internacional	R\$ 305.862,17
2	086568008444/2011-31	Contratação de empresa para a prestação de serviço contínuo de intermediação junto às empresas de transporte aéreo para emissão de bilhetes, serviços de reserva e ordens de passagens aéreas domésticas, regionais, nacionais e internacionais e serviços afins, para atender deslocamento de servidores e cargas vivas (cães farejadores).	R\$ 219.581,39
3	08658024894/2011-71	Contratação de empresa para prestação de serviço de telefonia móvel local.	R\$ 325.182,05
4	08658024897/2011-13	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de telefonia móvel, para a comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital.	R\$ 378.635,00
5	08658.019405/2011-60	Contratação de empresa para a prestação de serviço continuado de Auxiliar Administrativo na 6ªSRPRF/SP	R\$ 370.336,71
6	08658.019405/2011-60	Contratação de empresa para a prestação de serviço continuado de Auxiliar Administrativo na Jari/SP	R\$ 50.591,52
7	08658.025629/2011-19	Contratação de empresa especializada no fornecimento de Botas Táticas Policiais.	R\$ 83.966,60
8	08.658.024.546/2011-02	Contratação de empresa especializada no fornecimento de uniformes operacionais (Jaqueta de Couro).	R\$ 121.788,40
9	08658.024.486/2011-10	Contratação de empresa especializada no fornecimento de uniformes operacionais (Calça Tática).	R\$ 68.717,08
10	08658.024.486/2011-10	Contratação de empresa especializada no fornecimento de uniformes operacionais (Gandola).	R\$ 76.484,52
11	08658.025306/2011-17	Contratação de empresa para o fornecimento de mobiliário (Cadeiras).	R\$ 81.406,30
12	08658.01335/2011-36	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de coletes balísticos	R\$ 212.153,00

INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO			
Nº	PROCESSO	OBJETO	VALOR
1	08658000151201114	Contratação de empresa especializada para fornecimento de serviço de água e esgoto, visando atender as necessidades da 10ª Delegacia da 6ª SRPRF/SP em Marília.	R\$ 1.500,00
2	08658000149201137	Contratação de empresa especializada para realizar serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto visando atender as necessidades da 1ª Delegacia da 6ªSRPRF/SP em Guarulhos.	R\$ 18.000,00
3	08658000150201161	Contratação de empresa especializada para realizar prestação de serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto visando atender as necessidades da 9ª Delegacia da 6ªSRPRF/SP em São José do Rio Preto.	R\$ 8.000,00
4	08658000152201151	Contratação de empresa especializada para realizar serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto visando atender as necessidades da 2ª Del.(S.J. dos Campos), 3ª Del.(Atibaia), 4ª Del.(Itapeirica da Serra), 5ª Del.(Registro), 6ª Del.(Taubaté), 7ª Del.(Ubatuba), 8ª Del.(Cachoeira Paulista) e 10ª Del.(Marília) da 6ª SRPRF/SP	R\$ 70.000,00
5	08658005397201174	Contratação de empresa especializada para realização de serviço de aferição de medidores de velocidade (radares) e de etilômetros no exercício de 2011, visando atender as necessidades da 6ª SRPRF/SP.	R\$ 35.000,00
6	08658000795201102	Contratação de empresa para pagamento do seguro obrigatório das viaturas da 6ª SRPRF/SP no exercício de 2011.	R\$ 28.000,00
7	08658004555201179	Contratação dos serviços da Imprensa Nacional, órgão específico, singular, integrante da estrutura regimental da Casa Civil da presidência da República, visando atender as necessidades da 6ªSRPRF/SP.	R\$ 8.000,00
8	08658011432201194	Contratação de empresa especializada para realização de serviço de manutenção de equipamentos - etilômetros da marca intoximeters alco-sensor IV.	R\$ 7.970,00
9	08658018380201004	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção de etilômetros da marca INTOXIMETERS, ALCO-SENSOR IV, visando atender as necessidades da 6ª SRPRF/SP.	R\$ 5.800,00

DISPENSA DE LICITAÇÃO			
Nº	PROCESSO	OBJETO	VALOR
1	08658000154201140	Contratação de empresa especializada para realizar fornecimento de energia elétrica visando atender as necessidades da 10ª Delegacia da 6ª SRPRF/SP, posto Ourinhos.	R\$ 19.000,00
2	08658000157201183	Contratação de empresa especializada para realizar fornecimento de energia elétrica visando atender as necessidades da 1ª Del.(Guarulhos), 2ª Del.(S.J. dos Campos), 6ª Del.(Taubaté) e 8ª Del.(Cahoeira Paulista) da 6ª SRPRF/SP.	R\$ 130.000,00
3	08658000156201139	Contratação especializada para realizar fornecimento de energia elétrica visando atender as necessidades da 4ª Del.(Itapevicirica da Serra) e da SEDE da 6ªSRPRF/SP.	R\$ 100.000,00
4	08658000155201194	Contratação de empresa especializada para realizar fornecimento de energia elétrica visando atender as necessidades da 3ª Delegacia da 6ªSRPRF/SP em Atibaia.	R\$ 19.000,00
5	08658000153201103	Contratação de empresa especializada para realizar fornecimento de energia elétrica visando atender as necessidades da 9ª Del.(S.J. Do Rio Preto) e 10ª Del.(Marília) da 6ªSRPRF/SP.	R\$ 53.000,00
6	08658000158201128	Contratação de empresa especializada para realizar fornecimento de energia elétrica visando atender as necessidades da 1ª Del.(Guarulhos), 3ª Del.(Atibaia), 5ª Del.(Registro) e 7ª Del.(Ubatuba) da 6ª SRPRF/SP.	R\$ 109.000,00
7	08658000996201100	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de carimbos e correlatos visando atender as necessidade da 6ªSRPRF/SP.	R\$ 2.500,00
8	08658000998201191	Contratação de empresa para o fornecimento de 1152 (Um mil, cento e cinquenta e dois) galões de 20l de água mineral visando atender as necessidade da Sede e da 1ª Delegacia da 6ªSRPRF/SP.	R\$ 5.184,00
9	08658000997201146	Contratação de empresa especializada para serviço de chaveiro para atender as necessidades da 6ª SRPRF/SP.	R\$ 2.500,00
10	08658015567201048	Contratação de empresa especializada para realizar prestação de serviço de mão-de-obra e fornecimento de peças para realizar reparo na viatura acidentada Mercedes Benz Sprinter ano2000, cor azul, utilizada pelo Núcleo de Operações Especiais da 6ªSRPRF/SP.	R\$ 2.860,00
11	08658014780201032	Contratação de empresa especializada para confecção e fornecimento de coletes de tecido	R\$ 4.500,00

		para uso dos estagiários da 6ª SRPRF/SP.	
12	08658005007201166	Contratação de empresa especializada para fornecimento de portas de madeira visando atender a reparo emergencial na 7ª Delegacia/Ubatuda da 6ªSRPRF/SP.	R\$ 408,00
13	08658004650201091	Contratação de empresa especializada para realização de serviço de projeto técnico visando atender as exigências do Corpo de Bombeiros na Sede da 6ªSRPRF/SP.	R\$ 6.423,00
14	08658006660201061	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte de bagagens visando atender a portaria nº 287 de 02 de março de 2010 que trata de remoção ex-officio de servidor.	R\$ 6.980,00
15	08658014271201091	Contratação de empresa especializada para fornecimento de café e açúcar visando atender as necessidades da 6ªSRPRF/SP.	R\$ 5.274,00
16	08658016952201193	Contratação de empresa especializada para fornecimento de açúcar e café visando atender as necessidades da 6ªSRPRF/SP.	R\$ 5.400,00

GASTOS GERAIS

DESCRIÇÃO	VALOR
1. PASSAGENS	R\$ 61.067,78
2. DIARIAS RESSARCIMENTO DE DESP. EM VIAGENS	R\$ 1.052.470,38
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	R\$ 556.619,80
3.1 PUBLICIDADE	0
3.2 VIGILÂNCIA, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	R\$ 936.083,13
3.3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	R\$ 40.979,50
3.4 OUTRAS TERCEIRIZAÇÕES	0
4. SUPRIMENTO DE FUNDOS/CARTÃO CORPORATIVO	R\$ 9.708,38

2.2.5 - SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

RELATÓRIO SRH /6ª SRPRF/SP		
TOTAL DE SERVIDORES		
PRFs	540	
ADMINISTRATIVO	25	
APOSENTADOS / PENSIONISTAS	589	
SERVIDORES AFASTADOS		
LICENÇA MÉDICA ATÉ 15 DIAS	1	
LICENÇA MÉDICA ACIMA DE 15 DIAS	17	
PAD / DECISÃO JUDICIAL	6	
SERVIDOR CONVOCADO A SERVIÇO POR LONGA DURAÇÃO		
SEDE	0	
DELEGACIAS	0	
SERVIDOR CEDIDO A OUTRO ÓRGÃO OU MANDATO ELETIVO		
NOME	LOTAÇÃO	ÓRGÃO
JOSE LUIZ DA CUNHA	8ª DEL/SP	Prefeito de Lavrinhas
CARLOS MAGNO ARGOLO	SAF/SP	AGU/SP
EFETIVO DELEGACIAS		
DELEGACIA	EFETIVO ATUAL	EFETIVO IDEAL
1ª	51	120
2ª	46	60
3ª	57	80
4ª	39	100
5ª	38	93
6ª	47	65
7ª	19	35
8ª	55	65
9ª	40	65
10ª	51	70
OBSERVAÇÃO: Números efetivo ideal fornecidos pelos Chefes das Delegacias		
APOIO ADMINISTRATIVO		
TIPO	TOTAL	
CONTRATADOS	22	
ESTAGIÁRIOS	73	

NOVA DUTRA	13
REMOÇÕES	
TIPO	TOTAL
INTERNA (DENTRO DA REGIONAL)	21
EXTERNA (OUTRA REGIONAL)	1

DADOS SRH/SP				
EFETIVO TOTAL				
SEÇÃO/NÚCLEO	PRF	ADM.	CONTRATADO	ESTAGIÁRIO
SRH	3	1	1	3
NUAP	1	2	0	2
NUCAP	2	0	1	0
PROCESSOS SOB GUARDA				
SEÇÃO/NÚCLEO	TOTAL			
SRH	3005			
NUAP	2578			
NUCAP	177			
ROTINA DIÁRIA DA SRH / NUAP / NUCAP				
ASSUNTO				
ATENDIMENTO TELEFÔNICO INTERNO E EXTERNO				
ATENDIMENTO PÚBLICO INTERNO E EXTERNO				
ROTINAS SIAPE PARA INCLUSÃO E OUTROS				
RECADASTRAMENTO				
RESSARCIMENTO DE PLANOS DE SAÚDE				
RECEBIMENTO E ENCAMINHAMENTO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS				
ENTREVISTA DE ESTAGIÁRIO				
CURSOS DE CAPACITAÇÃO				
CONFECÇÃO E INCLUSÃO DE DADOS NO SCDP				
EXPEDIÇÃO DE DECLARAÇÃO				
ANÁLISE TÉCNICA DE ASPECTO LEGAL DE PROCESSOS E ELABORAÇÃO DE PARECER				
OFÍCIOS DE APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÃO				
CADASTRO / DESBLOQUEIO DA SENHA SIAPENET				
ATENDIMENTO SIASS				

DIRF / ANO	
RAIS / ANO	
COMANDO DE SAÚDE	
PATRULHA DA SAÚDE	
CONTROLE DE ATESTADO MÉDICO	
CONVOCAÇÃO DE SERVIDOR PARA PERÍCIA MÉDICA	
FICHAS DE AVALIAÇÃO	
ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO DE ASSENTAMENTOS FUNCIONAIS	
IDENTIDADE FUNCIONAL	
MANUTENÇÃO DE CADASTROS SIAPE / SPI / SRH	
GESTÃO DO CONTRATO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	
GESTÃO DO CONTRATO DE INTERMEDIÇÃO DE ESTÁGIO	
COMISSÕES DE PAD	
COMISSÃO DIREITOS HUMANOS	
COMISSÃO DE CONCURSOS	
COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA	
PROCESSOS AUTUADOS A PARTIR DE JULHO DE 2011 ATÉ 22/03/2012 DADOS RETIRADOS DO SISTEMA DE PROTOCOLO	
ASSUNTO	TOTAL
APOSENTADORIA	12
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	0
REVISÃO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL	7
AVERBAÇÃO TEMPO DE SERVIÇO	22
ABONO DE PERMANÊNCIA	14
PENSÃO	7
PENSÃO VOTALÍCIA	2
PENSÃO ALIMENTÍCIA	7
REMOÇÃO JUDICIAL	0
REMOÇÃO POR PERMUTA	2
REMOÇÃO DE SERVIDOR	5
REMOÇÃO A PEDIDO	15
REMOÇÃO EX OFFÍCIO	1
AJUDA DE CUSTO	2
AUXILIO FUNERAL	11
DESIGNAÇÃO / INCLUSÃO DE DEPENDENTE	16
ACIDENTE DE TRABALHO EM SERVIÇO	4

RESSARCIMENTO DE PLANOS DE SAÚDE	58
ESTAGIÁRIO NÍVEL MÉDIO	24
ESTAGIÁRIO NÍVEL SUPERIOR	1
IDENTIDADE FUNCIONAL	5
ALTERAÇÃO DE NOME DE GUERRA	2
PAGAMENTOS: HORAS AULA / SUBSTITUIÇÃO	65
PAGAMENTO DE EXERCÍCIO ANTERIOR	6
ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA	4
CURSO	7
CERTIDÃO	4
INCLUSÃO NO SISAC	0
VACÂNCIA	1
TOTAL GERAL	304
PROCESSOS AGUARDANDO ANÁLISE / NUCAP	
ASSUNTO	TOTAL
PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE CURSO OU CONCURSO	31
ABONO DE PERMANÊNCIA	8
PAGAMENTO INSALUBRIDADE RETROATIVO	1
AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO	1
REVISÃO DE DESCONTO EM FOLHA	1
DIVERSOS MINISTRAÇÃO DE AULA	1
BANCO DE HORAS	1
CERTIDÃO	5
CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL	1
RESSARCIMENTO DE DESCONTO DOS VENCIMENTOS	1
REVISÃO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL	10
ISENÇÃO DE PSS	2
DESIGNAÇÃO / INCLUSÃO DE DEPENDENTE	4
ACOMPANHAMENTO DE AÇÕES JUDICIAIS	13
MANDADO DE SEGURANÇA	1
RESSARCIMENTO AO ERÁRIO	1
REMOÇÃO A PEDIDO	1
LICENÇA	2
LICENÇA PRÊMIO	1
FATOR 1.4 (MASCULINO)	1

AUXILIO NATALIDADE	1	
PEDIDO DE REVISÃO OU RECONSIDERAÇÃO	1	
PAGAMENTO	2	
ALTERAÇÃO NOME DE GUERRA	1	
APOSENTADORIA	1	
AJUDA DE CUSTO	1	
TOTAL GERAL	94	
CAPACITAÇÃO / TREINAMENTO DE JULHO 2011 ATÉ 23 /03/12		
TIPO	TOTAL EFETIVO	EFETIVO TREINADO
TASER / ESPARGIDOR	540	378

ESTAGIÁRIO					
NÍVEL	TOTAL	VAGA PARA DEFICIENTE	VALOR BOLSA 4 HS	VALOR BOLSA 6 HS	VALOR VALE TRANSPORTE
MÉDIO	64	4	R\$ 203,00	R\$ 290,00	R\$ 132,00
SUPERIOR	9	1	R\$ 364,00	R\$ 520,00	R\$ 132,00
DISTRIBUIÇÃO					
SEÇÃO/NÚCLEO	NÍVEL MÉDIO	NÍVEL SUPERIOR	PERÍODO 4 HS	PERÍODO 6 HS	
GABINETE	0	1			
CR	0	1			
NUCOM	0	1			
NUAT	0	1			
JARI	4	1			
SPF	3	0			
NOE	2	0			
NMP	9	0			
NURAM	2	0			
SAF	1	0			
NUSEG	2	0			
NUOFI	0	1			
NUDOC	10	0			
NUTEL	0	1			
NUPAT	2	0			
SRH	3	0			
NUAP	2	0			

NUCAP	0	1		
1ª DELEGACIA	2	0		
2ª DELEGACIA	2	0		
3ª DELEGACIA	2	0		
4ª DELEGACIA	2	0		
5ª DELEGACIA	2	0		
6ª DELEGACIA	2	0		
7ª DELEGACIA	2	0		
8ª DELEGACIA	2	0		
9ª DELEGACIA	2	0		
10ª DELEGACIA	2	0		
TOTAL	60	8		

OBSERVAÇÃO:

- 1. Devido a falta acessibilidade ainda não preenchemos as vagas destinadas à deficientes físicos.**
- 2. A partir de 1º de janeiro de 2012 todos os novos Contratos de Nível Médio atendem a determinação sobre período de quatro horas/dia para Estágio, os Contratos de 6 horas/dia que ainda estão vigentes serão alterados no próximo aditivo.**
- 3. Conforme entendimento para os Contratos de Nível Superior o período será de 6 horas/dia com uma hora de almoço descrito em Contrato.**
- 4. A distribuição acima difere da Instrução de Serviço 005/2009 – Anexo III, pois entendemos que esta nova distribuição atende melhor todas as áreas.**

ESTAGIÁRIO					
NÍVEL	TOTAL	VAGA PARA DEFICIENTE	VALOR BOLSA 4 HS	VALOR BOLSA 6 HS	VALOR VALE TRANSPORTE
MÉDIO	64	4	R\$ 203,00	R\$ 290,00	R\$ 132,00
SUPERIOR	9	1	R\$ 364,00	R\$ 520,00	R\$ 132,00
DISTRIBUIÇÃO					
SEÇÃO/NÚCLEO	NÍVEL MÉDIO	NÍVEL SUPERIOR	PERÍODO 4 HS	PERÍODO 6 HS	
GABINETE	0	1			
CR	0	1			
NUCOM	0	1			
NUAT	0	1			
JARI	4	1			
SPF	3	0			
NOE	2	0			
NMP	9	0			
NURAM	2	0			
SAF	1	0			
NUSEG	2	0			
NUOFI	0	1			
NUDOC	10	0			
NUTEL	0	1			
NUPAT	2	0			
SRH	3	0			
NUAP	2	0			
NUCAP	0	1			
1ª DELEGACIA	2	0			
2ª DELEGACIA	2	0			
3ª DELEGACIA	2	0			
4ª DELEGACIA	2	0			
5ª DELEGACIA	2	0			
6ª DELEGACIA	2	0			
7ª DELEGACIA	2	0			
8ª DELEGACIA	2	0			
9ª DELEGACIA	2	0			
10ª DELEGACIA	2	0			

TOTAL	60	8		
--------------	-----------	----------	--	--

OBSERVAÇÃO:

- 1. Devido a falta acessibilidade ainda não preenchemos as vagas destinadas à deficientes físicos.**
- 2. A partir de 1º de janeiro de 2012 todos os novos Contratos de Nível Médio atendem a determinação sobre período de quatro horas/dia para Estágio, os Contratos de 6 horas/dia que ainda estão vigentes serão alterados no próximo aditivo.**
- 3. Conforme entendimento para os Contratos de Nível Superior o período será de 6 horas/dia com uma hora de almoço descrito em Contrato.**
- 4. A distribuição acima difere da Instrução de Serviço 005/2009 – Anexo III, pois entendemos que esta nova distribuição atende melhor todas as áreas.**

2.2.6 - SEÇÃO DE POLÍCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

6ªSRPRF/SP			
Grupo	Ocorrências		Totais 2011
Acidentes	N.º de Acidentes com vítima		3617
	N.º de Acidentes sem vítima		9222
	N.º de Acidentes com mortos		344
	Total de Acidentes		13183
	Pessoas Socorridas		2110
	N.º de Feridos		5233
	N.º de Mortos		384
	Total de Vítimas		5617
Fiscalizações	Ai extraídos		157112
	Autuações		157624
	CNH's Recolhidas		1761
	Documentos Retidos		7233
	Veículos Retidos		6391
	Veículos Fiscalizados		364194
	Veículos Recuperados		360
	Animais Recolhidos		22
	Auxílio a Usuário		1187
	Escolta/Batedor		430
	Pessoas Fiscalizadas		40016
Alcoolemia	Testes Alcoolemia		12927
	Autuações Alcoolemia		274
	Prisões Alcoolemia		89
Apreensões de Drogas	Anfetaminas / Barbitúricos	(Unidade)	2090
	Haxixe	(Esferas)	3
	Cocaína	(Gramas)	324112
	Crack	(Gramas)	364969
	Lança perfume	(Fracos)	306
	Merla	(Lata)	0
	Maconha	(Gramas)	4133116
	Pés de Maconha	(Unidade)	0
	Outras Drogas	(Unidade)	348
	Drogas Diversas	(Gramas)	15063
	Total de Ocorrências		
Apreensões Contrabando	Bebidas	(Litro)	19305
	CD/VHS/DVD	(Unidade)	20622
	Cigarro	(Unidade)	104312
	Combustíveis	(Litro)	420
	Informática	(Unidade)	918
	Eletrônicos	(Unidade)	16924
	Medicamentos	(Unidade)	67231
	Pneus	(Unidade)	0
	Outros	(Unidade)	177770
	Diversos	(Gramas)	1821688
	Total de Ocorrências		
Apreensões de Armas	Revolver	(Unidade)	23
	Pistola	(Unidade)	14
	Espingarda	(Unidade)	7
	Fabricação Caseira	(Unidade)	0
	Fuzil	(Unidade)	4

	Submetralhadora	(Unidade)	0
	Outras armas	(Unidade)	2
	Armas brancas	(Unidade)	3
	Total de armas		53
	Total de ocorrências armas		43
Apreensões de Munições	Calibre 22/32		383
	Calibre 38		360
	Calibre 40		625
	Calibre 380		208
	Calibre 762/308		27
	Calibre 223/556		153
	Calibre 9mm		367
	Outros calibres		156
	Total de Munições		2279
	Total de Ocorrências		40
Cargas Roubadas	Alimentos	(Quilo)	1050
	Bebidas	(Litro)	0
	CD/VHS/DVD	(Unidade)	0
	Cigarros	(Pacote)	0
	Combustíveis	(Litro)	27000
	Eletrônicos	(Unidade)	20
	Informática	(Unidade)	0
	Medicamentos	(Unidade)	0
	Outros		102
	Total de Ocorrências		13
Cargas Recuperada	Alimentos	(Quilo)	1051
	Bebidas	(Litro)	1
	CD/VHS/DVD	(Unidade)	0
	Cigarros	(Pacote)	0
	Combustíveis	(Unidade)	45000
	Eletrônicos	(Unidade)	805
	Informática	(Unidade)	1
	Medicamentos	(Unidade)	0
	Outros		36824
	Total de Ocorrências		16
Meio Ambiente	Animais Silvestres	(Unidade)	473
	Carvão	(M3)	0
	Madeira	(M3)	278
	Pescados	(Quilo)	506
	Transporte Incorreto de Substâncias Tóxicas		4
	Outros		971
	Total de Ocorrências		33
Dinheiro	Dinheiro (Real)	(Valor)	0
	Dinheiro (Euro)	(Valor)	0
	Dinheiro (Dólar)	(Valor)	0
	Dinheiro (Peso Colombiano)	(Valor)	0
Explosivo	Fogos de Artifício	(Unidade)	0
	Dinamite	(Kg)	0
Detenções	Assaltante de Carga		7
	Assaltante de ônibus		1
	Estrangeiros		0
	Mandado		172
	Tráfico de entorpecentes		170
	Roubo/Furto de veículos		48

	Contrabando/Descaminho		227	
	Crimes de trânsito		647	
	Crimes Ambientais		39	
	Outros		312	
	Total de detidos		1623	
Crimes Diversos	Assalto a ônibus		5	
	Assalto a veículo de carga		16	
	Assalto a táxi		0	
	Assalto a veículo particular		6	
	Crimes contra vida e patrimônio		84	
	Falsificação de documento		76	
	Saque a carga		119	
	Trabalhador libertado		2	
	Crimes de Trânsito		639	
	Crimes diversos		307	
	Total de Ocorrências		1411	
Crianças e Adolescentes vítimas	Crianças	(Qtd.)	13	
	Adolescentes	(Qtd.)	18	
	Total de menores vítimas		(Qtd.)	31
	Total de ocorrências de crime contra menores		(Qtd.)	17
	Total de Pessoas envolvidas		(Qtd.)	16
	Total de pessoas detidas		(Qtd.)	8
Crianças e Adolescentes infratores	Criança encaminhada	(Qtd.)	1	
	Adolescente apreendido	(Qtd.)	36	
	Total de menores infratores		(Qtd.)	37
	Total de ocorrências de crimes praticados por menores		(Qtd.)	26
	Total de Pessoas envolvidas		(Qtd.)	18
	Total de pessoas detidas		(Qtd.)	17
Operações e Comandos	Operações Especiais		5	
	Operações Eventuais		3	
	Operações Integradas de Segurança Pública		1	
	Operações Conjunta com Outros Órgãos		1	
	Operação Nacional		9	
	Operação de Férias e Feriados Nacionais		10	
	Operação Regional		8	
	Operação Regional – Festividades e Eventos		5	
	Operação de Reforço		4	
	Operação NOE Regional		4	
	Operação NOE Nacional		6	
	Operação Emergencial		2	
	Operação de Apoio a Outros Órgãos		1	
Autuações	Manual		172707	
	Radar		235179	
	Total		407886	

2.2.7 - PROGRAMA DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

A Gestão dos Programas de Governo está sob responsabilidade do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, cabendo a 6ª SR -SP/DPRF/MJ, apenas a execução das ações, portanto, como esta UG não gerencia os programas, o preenchimento do quadro do quadro A.2.1 não se mostra necessário.

Cumpra esclarecer que das ações sob responsabilidade da 6ª SR – SP, a única que previu metas foi a ação 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais, no Programa 0663, do PPA 2008-2011.

O objetivo do programa 0663 é aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito. Os beneficiários são os Cidadãos e estrangeiros usuários e a população que reside às margens das Rodovias e estradas Federais.

QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo Ação	da Prioridade	Unidade de Medida	de Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
6	181	663	2723	A	3	Taxa de variação de acidentes (Acidente/1.000.000 de veículos	181,97	197,97	181,97
						Taxa de mortalidade e (mortos/1.000.000 de veículos	6,34	5,64	6,34

Fonte: Siger

Em relação a taxa de variação de acidentes e a taxa de variação de mortos, prevista como meta no ano de 2011, observa-se que a primeira foi atingida num percentual de 108,79, enquanto que a segunda foi atingida num percentual de 89,02;

A 6ª Superintendência/SP, possui sob sua circunscrição 1.067,6 quilômetros, segunda a Portaria nº 040, de 24/06/2009, publicada no DOU nº 124, de 15/07/2009, dividido em 07 (sete) Rodovias Federais, a maioria dessas Rodovias atravessam grandes municípios, recebendo o trânsito local, com seus reflexos, além de ligar grandes capitais, como RJ/SP/CURITIBA, e o Mercosul, servindo de principal ligação entre o Nordeste e Sul do País. Essas características somadas a frota de veículos sempre crescente no país, ao grande fluxo dos portos e do Aeroporto Internacional de Guarulhos – SP, culminam em inúmeras categorias de veículos disputando o

mesmo espaço geográfico, tais, como: Transporte Coletivo de Passageiros, de Cargas, de Cargas Excedentes, de Produtos perigosos, em veículo de passeio, ônibus, Caminhões e Motocicletas. As regiões metropolitanas, principalmente, no entorno da capital do estado, apresenta grande complexidade de trânsito e nas questões criminais que demandam o emprego constante do reduzido efetivo, tanto nas rondas ostensivas preventivas (coibir as infrações, fiscalização, apoio ao usuário e atendimento dos acidentes), sob trechos delimitados das Rodovias, quanto nas Operações planejadas pelo DPRF, da Regional e nas convocações para atuar dentro e fora do estado, como por exemplo: Operação Rodovida, Sentinela, Otenarco, feriados nacionais, apoio à outros órgão, como: IBAMA, ANTT, Receita Federal, AETESP.

A Seção de Policiamento e Fiscalização é responsável pelo planejamento das citadas operações, interagindo junto às 10 (dez) Delegacias, e o Núcleo de Operações Especiais, na execução das Missões, atribuições e serviços Operacionais;

Para facilitar o atendimento do cidadão e do estrangeiro usuário das Rodovias, serão instaladas Câmaras de monitoramento do trânsito em mais algumas Rodovias que muito poderão contribuir para redução dos acidentes, porém, o aumento do efetivo é imprescindível, aliado a otimização dos recursos pelo conhecimento produzido pelas modernas ferramentas de informações, tais como: SIGER e BR BRASIL, que possibilitam a identificação dos pontos críticos, de maior incidências dos acidentes e na elaboração dos respectivos cartões programa.

Finalizando, é de suma importância que o Governo Federal autorize a abertura de novos concursos públicos, sempre que houver uma número de vagas pré-determinada, de maneira que o número de cargos já criados por lei e que venham a ser criados, possam ser preenchidos e distribuídos de acordo com a demanda de cada unidade da federação.

2.3 – DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

2.3.1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	0	0	0	0
Tomada de Preços	0	88.521,61	0	88.521,61
Concorrência	0	0	0	0
Pregão	6.007.796,87	6.564.130,70	4.558.261,31	4.616.599,45
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Contratações Diretas				
Dispensa	762.884,24	549.584,74	644.616,37	522.709,43
Inexigibilidade	176.512,47	157.236,26	155.226,17	149.808,77
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	9.708,38	8.428,03	9.708,38	8.428,03
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	0	0	0	0
Diárias	1.052.470,38	1.175.822,96	1.052.470,38	1.175.822,96
Outros	0	0	0	0

Fonte: Núcleo de Orçamento e Finanças – 6ª SRPRF

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
Auxílio Funeral	122.023,79	76.546,92	122.023,79	76.546,92	0	0	122.023,79	76.546,92
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3- Outras Despesas Correntes								
Diárias	1.052.470,38	1.175.822,96	1.052.470,38	1.175.822,96	0	0	1.052.470,38	1.175.822,96
Material de Consumo	2.517.370,51	1.558.089,96	1.876.431,51	1.451.014,26	640.939,00	107.075,70	1.876.431,51	1.451.014,26
Locação de Mão de Obra	1.492.702,93	910.503,33	1.433.100,00	873.545,61	59.602,93	36.957,72	1.433.100,00	873.545,61
Serviço Terceirização pessoa jurídica	1.744.878,93	1.951.317,74	1.413.767,33	1.285.588,97	331.111,32	665.728,77	1.413.767,33	1.285.588,97
Exercícios Anteriores	726.922,71	45.317,91	726.922,71	45.317,91	0	0	726.922,71	45.317,91
Passagens aéreas	61.067,78	137.201,81	57.249,55	112.309,70	3.818,22	24.892,11	57.249,56	112.309,70
Iluminação Pública	4510,00	3.107,17	4.510,00	3.107,17	0	0	4.510,00	3.107,170
Indenizações/restituição	38.908,11	160.321,83	38.908,11	160.321,83	0	0	38.908,11	160.321,83
Serviço comunicação	7.510,00	7.001,00	7.510,00	7.001,00	0	0	7.510,00	7.001,00

Fonte: Núcleo de Orçamento e Finanças – 6ª SRPRF

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos								
Material Permanente	588.964,34	2.794.714,48	73.257,96	1.980.222,00	506.567,30	814.492,48	73.257,96	1.980.222,00
Aquisição de Software	0	3.000,00	0	3.000,00	0	0	0	3.000,00
5 - Inversões Financeiras								
6 - Amortização da Dívida								

Fonte: Núcleo de Orçamento e Finanças – 6ª SRPRF

No exercício de 2011, a 6ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal recebeu um total de crédito orçamentário de R\$ 8.361.434,69 para execução em diversas áreas e atividades pertinentes ao desenvolvimento e desempenho das funções e atribuições da PRF nas rodovias federais do estado de São Paulo. Desse montante 99,95% foram empenhados, no entanto, devido a falta de um cronograma para as transferências de cota de limite ao DPRF, bem como o contingenciamento orçamentário, prejudicaram a execução dos recursos. A PRF tem como diretriz a centralização de compras para as grandes aquisições (Unidades Centralizadoras de Compras). Contudo, a realização do planejamento fica comprometida em razão das incertezas quanto à liberação de créditos orçamentários.

Devido à insuficiência de dotação inicial, o DPRF/MJ depende da concessão de créditos adicionais para cobrir as despesas de garantia de funcionamento. No entanto, os citados créditos são bloqueados no momento da concessão, prejudicando o atendimento pleno dessas despesas e os resultados operacionais, em especial a arrecadação. Mesmo com os problemas de liberação total dos créditos orçamentários e recursos financeiros necessários para o atendimento das despesas básicas para o funcionamento das atividades da PRF em São Paulo, acreditamos que a Unidade conseguiu atender grande parte da demanda e esperamos que no próximo exercício sejam atingidos alguns objetivos ainda não alcançados no exercício passado.

Do montante executado ressaltamos que as maiores despesas foram com diárias (R\$ 1.052.470,38), material de consumo (R\$ 2.517.370,51) e permanente (588.964,34), locação de mão de obra (R\$ 1.492.702,93) e serviços de terceiros pessoa jurídica (R\$ 1.744.878,65), que são as principais realizadas pela Unidade.

A maior parte da execução das despesas com aquisição de material e prestação de serviços foram realizadas através da modalidade de licitação pregão, que atualmente é a mais utilizada pelas Unidades e Órgãos Públicos Federais. Como pode ser observado nos quadros

informativos na modalidade pregão o valor da despesa chegou a R\$ 6.007.796,87 no exercício 2011.

No caso das despesas com exercícios anteriores no valor de R\$ 726.922,71 pode ser justificada pelo fato da nossa Unidade não ter recebido os créditos orçamentários necessários para atender as despesas com serviços públicos (água, luz, telefonia, etc...) e serviços terceirizados (mão de obra) no final do exercício de 2010. Dessa forma a nossa Unidade Central (DPRF) nos repassou crédito orçamentário referente a exercícios anteriores no início de 2011 para atender essas necessidades pendentes.

As despesa com pagamento de pessoal são centralizadas e executadas em uma Unidade específica para essa atividade na Sede do DPRF em Brasília/DF (UG 200230), no entanto, o valor de R\$ 122.023,79 recebido pela nossa Unidade no exercício de 2011 refere-se ao pagamento de diversos processos de auxílio-funeral que foram pagos aos beneficiários de servidores públicos que faleceram durante o ano. Foram pagamentos de outros benefícios assistenciais conforme previsto na lei.

Outra grande dificuldade em 2011 foi o valor da cota financeira recebida. Apesar de termos recebido um total R\$ 8.361.434,69 de crédito orçamentário, o valor de recurso financeiro, que teoricamente deveria ser o mesmo, foi de apenas R\$ 6.380.309,07 , ou seja, 76,30% do total dos créditos recebidos.

Dessa forma, não conseguimos liquidar e quitar, através da emissão de ordem bancária, muitas despesas do exercício, ficando uma parte inscrita em Restos a Pagar. As despesas de capital do grupo 4 (investimento) tiveram uma queda considerável em relação a 2010 justificada pela aquisição de diversas viaturas o que não ocorreu no exercício de 2011. Basicamente essas foram as despesas executadas em 2011 e todas foram realizadas procurando atender as conformidades da lei, com esforços de todos os servidores da área administrativa e financeira da 6ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em São Paulo.

3 - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não aplicável

4 - PAGAMENTO E CANCELAMENTO DE RESTOS À PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	175.346,30	0	175.346,30	0
2009	0	0	0	0
2008	0	0	0	0
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	326.145,11	697,69	33.712,38	291.735,04
2009	283.941,90	0	283.941,90	0
2008	13.500,00	0	13.500,00	0
Observações: DETRAN NÃO PAGO R\$26.538,78				

Fonte: Núcleo de Orçamento e Finanças – 6ª SRPRF

O valor de R\$265.196,26 (duzentos e sessenta e cinco mil, cento e noventa e seis reais, e vinte e seis centavos) refere-se a pagamento de serviço de telefonia fixa cuja liquidação foi efetuada no SIAFI no final do exercício de 2011, porém a Ordem Bancária não foi emitida devido a falta de recursos financeiros. O recurso somente foi disponibilizado no início do exercício de 2012, quando então foi emitida a Ordem Bancária nº 2012OB800201 – Telefônica Brasil S.A.

O valor de R\$26.538,78 (vinte e seis mil, quinhentos e trinta e oito reais, e setenta e oito centavos) refere-se a serviço realizado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, por meio do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, consistente em processamento e arrecadação de multas de trânsito aplicadas pela 6ª SRPRF, cujo processo encontra-se em análise pelo Núcleo de Multas e Penalidades, subordinado à Seção de Policiamento e Fiscalização desta Regional, em face de contestação dos valores a serem pagos.

5 - RECURSOS HUMANOS DA UJ

5.1 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVO

5.1.1 - DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não Há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	631	565	0	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	631	0	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não Há	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não Há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não Há	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	Não Há	0	0	0
3. Total de Servidores (1+2)	631	565	0	2

Fonte: Seção de Recursos Humanos/6º

5.1.2 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO EFETIVA DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	01
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	01
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De ofício, no interesse da Administração	4
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	2
4.2. Capacitação	28
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	1
5.4. Interesses particulares	0
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	37

Fonte: Seção de Recursos Humanos – 6ª SRPRF-SP

5.1.3 – QUANTIFICAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1	2	1	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	19	38	19	19
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	20	40	20	19

Fonte: Seção de Recursos Humanos – 6ª SRPRF-SP

5.1.4 - QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	21	179	267	76	21
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	21	179	267	76	21

Fonte: Seção de Recursos Humanos/6º

5.1.5 - QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	259	265	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	0	1	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	38	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	526	303	1	0	0
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									
Fonte: Seção de Recursos Humanos/6º									

5.2 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

5.2.1 - CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral		
1.1 Voluntária	367	8
1.2 Compulsória	3	0
1.3 Invalidez Permanente	13	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional		
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	6	1
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	389	9

Fonte: Seção de Recursos Humanos/6º

5.2.2 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado		-
1.1. Integral	161	10
1.2. Proporcional	0	2
2. Em Atividade	34	0
3. Total (1+2)	195	12

Fonte: Seção de Recursos Humanos/6º

5.3 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Em R\$ 1,00

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	8	8	8	8	62.592,00
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
1.2 Área Meio	8	8	8	8	62.592,00
2. Nível Médio	28	28	28	28	131.664,00
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
2.2 Área Meio	28	28	28	28	131.664,00
3. Total (1+2)	36	36	36	36	194.256,00

Fonte: Seção de Recursos Humanos/6º

5.4 – DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UJ

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Venci-mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									

Fonte:

Os dados referentes ao quadro acima são integralizados pela Unidade Central, o DPRF, não dispondo a 6ª SRPRF-SP de meios para obtê-los.

5.5 – TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURIDICIONADA

5.5.1 - TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

QUADRO A.5.9 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
Não Aplicável à Unidade.					

Fonte: Seção de Recursos Humanos – 6ª SRPRF-SP

QUADRO A.5.10 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
Não Aplicável à Unidade		

Fonte: Seção de Recursos Humanos – 6ª SRPRF

5.5.2 - AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

QUADRO A.5.11 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	
Não Aplicável à Unidade			

Fonte: Seção de Recursos Humanos – 6ª SRPRF-SP

5.5.3 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: 6ª SRPRF													
UG/Gestão: 200117/00001						CNPJ: 00.394.494/0112-51							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	02/2008	49.727.241/0001-26	07/01/2008								P
2008	V	O	01/2008	00.332.087/0001-02	28/12/2007								P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Seção Administrativa e Financeira – 6ª SRPRF-SP

5.5.4 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante															
Nome: 6ªSRPRF															
UG/Gestã 200117/00001						CNPJ: 00.394.494/0112-51									
Informações sobre os contratos															
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2008	1	O	02/2008 Gramaplan	49.727.241/0001-26	07/01/2008	31/12/2012									P
2008	3	O	01/2008 Security	00.332.087/0001-02	28/12/2007	31/12/2012									P
2011	13	O	06/2011 Set	01.487.638/0001-61	01/01/2012	31/12/2012									A
2011	13	O	07/2011 Sandes	01.238.482/0001-85	01/01/2012	31/12/2012									A
2010	13	O	06/2010 AC SERV.	66.059.510/0001-42	30/03/2010	31/12/2012									P
2010	6	O	07/2010 GVP CONS	04.356.735/0001-03	15/07/2010	15/07/2011									E
2010	11	O	16/2010 SKYSERVIC	04.271.959/0001-12	15/07/2010	31/12/211									E
2010	14	O	15/2010 SET	01.487.638/0001-61	15/07/2010	31/12/2011									E
Observações:															
LEGENDA															
Área:						Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.									
1. Conservação e Limpeza;						8. Reprografia;						Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.			
2. Segurança;						9. Telecomunicações;						Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.			
3. Vigilância;						10. Manutenção de bens móveis						Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.			
4. Transportes;						11. Manutenção de bens imóveis									
5. Informática;						12. Brigadistas									
6. Copeiragem;						13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes									
7. Recepção;						14. Outras									

Fonte: SAF/6ª SRPRF

5.6 - INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

ABSENTEÍSMO

No transcorrer do exercício 2011, 158 servidores tiveram algum tipo de licença de saúde (LTS), dentre estas podemos afirmar que as ausências ocorreram por motivos diversos: doenças psicoemocionais, estresse, doenças ocupacionais, bem como outros afastamentos (licenças para acompanhamento de tratamento de pessoa da família, licenças ortopédicas etc).

Cabe ressaltar que visando a diminuir o número de ausências a Administração realiza anualmente a “Patrulha da Saúde”, ação no sentido de avaliar condições de saúde dos servidores e levar a cada lotação informações referentes a qualidade de vida e hábitos saudáveis, agindo como elemento de prevenção de doenças crônicas.

Foi realizada também em fevereiro de 2011 o trabalho “Circuito da Saúde” da 6ªSRPRF/SP em convênio com a GEAP (sem custos para o DPRF) onde foram realizados exames preventivos e palestras sobre saúde profissional.

ACIDENTE DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS

No ano de 2011 constam registrados 5 ocorrências de acidente em serviço, mas os casos de Doenças Ocupacionais encontram-se computadas dentro do total de licenças médicas.

ROTATIVIDADE

O índice de rotatividade é baixo em relação ao total de servidores lotados na Unidade de São Paulo, devido a falta de realização de novos concursos públicos para suprir a falta de efetivo, quer seja na Área fim (atividade policial) ou na Área meio (suporte administrativo).

APOSENTADORIA VERSUS REPOSIÇÃO DO QUADRO

No ano de 2011 nove servidores aposentaram-se e estas vagas não foram supridas. Atualmente 50 servidores já possuem todos os requisitos necessários à aposentadoria voluntária, podendo se aposentar a qualquer momento.

6 – SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	20	20	20
	Entregaram a DBR	18	18	18
	Não cumpriram a obrigação	2	2	2

Fonte: Seção de Recursos Humanos/6º

Os servidores que possuem função gratificada entregam anualmente, na Seção de Recursos Humanos, cópia da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física, apresentada à Receita Federal do Brasil.

7 – EXTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

7.1 - DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS SIASG E SINCONV

QUADRO A.7.1 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV

DECLARAÇÃO
<p>Eu, <u>Lusmar Borges Rabelo</u>, CPF nº <u>365.759.766/20</u>, <u>Chefe da Seção Administrativa e Financeira</u>, exercido na <u>6ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal</u>, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p>
<p>São Paulo, 31 de dezembro de 2011.</p>
<p>LUSMAR BORGES RABELO</p>
<p><u>CPF 365.759.766/20</u></p>
<p><u>Chefe da Seção Administrativa e Financeira</u></p>
<p><u>6ª SRPRF/SP</u></p>

8 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	X				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				

13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	X				
▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9 – GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200117	2957.00002.500-5	11	2	R\$176.882,51	25/10/01			
200117	2957.00002.500-2	11	4	R\$59.510,36	29/10/01			
200117	6149.00003.500-0	11	4	R\$132.968,79	29/10/01			
200117	6177.00002.500-0	11	6	R\$220.952,64	29/10/01			
200117	6181.00005.500-5	11	3	R\$653.627,00	24/09/02			
200117	6207.00002.500-6	11	4	R\$48.463,25	24/09/09			
200117	6271.00025.500-3	11	4	R\$189.879,58	30/10/01			
200117	6445.00003.500-7	11	4	R\$106.267,15	30/10/01			
200117	6477.00008.500-2	11	4	R\$296.332,79	30/10/01			
200117	6477.00009.500-8	11	4	R\$323.221,59	30/10/01			
200117	6545.00006.500-0	11	4	R\$165.033,30	30/10/01			
200117	6545.00007.500-5	11	4	R\$65.672,03	30/10/01			
200117	6545.00008.500-0	11	4	R\$417.367,16	30/10/01			
200117	6545.00009.500-6	11	4	R\$778.852,10	30/11/01			
200117	6633.00004.500-1	11	4	R\$1.323.539,33	29/10/01			
200117	6681.00015.500-1	11	4	R\$77.519,23	30/10/01			
200117	6699.00004.500-4	11	6	R\$119.269,91	30/10/01			
200117	6761.00004.500-3	11	3	R\$ 68.495,48	30/10/01			
200117	6795.00010.500-0	11	4	R\$36.246,08	31/10/01			
200117	6871.00005.500-2	11	4	R\$24.911,98	29/10/01			
200117	6953.00012.500-9	11	4	R\$45.664,67	31/10/01			
200117	6987.00002.500-9	11	4	R\$222.556,98	31/10/01			
200117	7097.00029.500-1	11	4	R\$203.420,73	31/10/01			
200117	7099.00505.500-5	11	4	R\$1.616.651,15	31/10/01			
200117	7107.00486.500-8	10	8	R\$209.159,00	31/10/01			
200117	7107.00624.500-7	11	4	R\$138.914,00	25/09/01			

200117	7183.00020.500-9	11	4	R\$247.260,74	31/10/01				
200117	7209.00005.500-4	11	4	R\$100.673,89	30/10/01				
Total							-	-	

Fonte: SPIUNET – Não houve manutenção pelo DPRF no exercício.

10 – GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.		X			
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	05 (cinco)				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	30 %				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X				
Considerações Gerais:					
A Gestão de Tecnologia da Informação é efetuada pelo órgão central do DPRF.					
Item 4: 04 (quatro) servidores e 01 (um) estagiário.					
Itens 08 a 11: Não se aplica à unidade.					

LEGENDA**Níveis de avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

11 – DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO**11.1 - RELAÇÃO DOS PORTADORES DE CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO NA UNIDADE E UTILIZAÇÃO NO EXERCÍCIO**

Valores em R\$
1,00

Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Código da UG 1:		Limite de Utilização da UG:			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Fábio Guilherme da Costa Moreira	041.593.234-30			3.472,00	3.472,00
Alexandro Cristovan Tsukada	157.622.368-03			4.357,09	4.357,09
Edson Luiz Lino Molinari	171.295.938-73			200,00	200,00
Angelo Marion Paiva da Silva	626.538.220-91			1.679,29	1.679,29
Total utilizado pela UG			-	9.708,38	9.708,38
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
					-
					-
Total utilizado pela UG			-	-	-
Total utilizado pela UJ			-	9.708,38	9.708,38

Fonte: Núcleo de Orçamento e Finanças – 6ª SRPRF

11.2 - UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE CRÉDITO CORPORATIVO DA UNIDADE

QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	0	0,00	4	9.708,38	9.708,38
2010	1	300,00	6	8.128,03	8.428,03
2009	1	740,00	5	10.480,21	11.220,21

Fonte: Núcleo de Orçamento e Finanças – 6ª SRPRF

12 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

QUADRO B.1.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
6ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/SP			200117
Local	Brasília/DP	Data	17/02/2012
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	9.261/0-7

13 – CONCLUSÕES

Ao assumir o comando da 6ª. SR-SP, encontrei uma realidade que, sinceramente, não esperava encontrar. Ao procurar me inteirar da parte administrativa encontrei uma situação, no mínimo, preocupante. Vários eram os contratos que estavam vencidos, as áreas totalmente isoladas uma das outras, formando o que parecia “ bairros isolados do centro”.

Também na questão Institucional, a Superintendência estava completamente isolada dos outros órgãos, fossem Federais ou Estaduais. A primeira providência adotada foram as mudanças nos postos estratégicos da Superintendência, ou seja, os chefes das Seções e os chefes das Delegacias, além de eleger e indicar o Superintendente Regional Substituto. Dos 10 chefes das Delegacias, substituímos 7. Dos 4 chefes de Seções substituímos todos.

O segundo momento foi iniciar a aproximação com os órgãos federais localizados no estado.

O primeiro a ser visitado foi a Advocacia-Geral da União - AGU onde constatamos a falta de parceria com aquele órgão.

Iniciamos, ali, uma nova realidade para a 6ª.SR. Em conversa com o chefe da AGU, Dr. Leandro, foi demonstrada a grave situação em que se encontrava nossa Superintendência, nossa intenção de reverter o quadro, nossa proposta de gestão e o porque de estarmos vindo de Minas Gerais, além é claro, de nossa experiência vivida enquanto Superintendente Substituto em Minas Gerais.

Um passo também importante foi o investimento em gestão de pessoas que iniciamos nas várias áreas da Superintendência. A Seção Administrativa e Financeira - SAF, foi o local onde mais investimos em reuniões com os chefes dos Núcleos, valorizando as ideias, buscando sugestões e incentivando as boas práticas de gestão.

Vencido este primeiro momento, partimos para as reuniões com o efetivo das Delegacias no sentido de nos apresentar, debater com eles nosso plano de gestão além de outros assuntos de grande importância, como por exemplo a questão correicional.

Em que pese a resistência por estar vindo de fora do Estado e ser a primeira vez que um não paulista comanda a 6ª. Superintendência, temos visto uma constante melhora em várias questões, tanto operacional como administrativa.

Terminamos o ano de 2011 em terceiro lugar em apreensões de drogas entre todas as Superintendências, reduzimos significativamente os índices de acidentes e feridos. Reagrupamos os Grupos Táticos das Delegacias, investimos no Núcleo de Operações Especiais – NOE, iniciamos o processo de capacitação de servidores em vários cursos voltados para a atividade fim e, também, administrativa.

Durante todo o ano de 2011, foi realizada apenas uma licitação, o que, para uma Unidade como a 6ª .Superintendência, era muito pouco.

Com o novo modelo de gestão, participativa e consistente, estamos percebendo que os resultados estão surgindo, os contratos estão sendo regularizados, estamos realizando os pregões eletrônicos com apoio da AGU, realizamos cursos de capacitação, citando como exemplo o

treinamento de taser e espargidor de pimenta, onde em uma semana capacitamos 100 policiais.

Nos projetos sociais desenvolvidos pela 6ª Superintendência, a Comissão Regional de Direitos Humanos tem atuado junto aos nossos servidores bem como com os nossos usuários das rodovias federais e também sociedade urbana no tocante ao enfrentamento à exploração sexual infantil de crianças e adolescentes e tráfico de seres humanos. Na proposta de redução do número de acidentes, também temos atuado com a Comissão Regional de Trânsito com palestras e projetos sociais como “O Cinema Rodoviário “ e palestras sobre como alcançar um trânsito seguro.

Na questão de enfrentamento a corrupção, a Corregedoria Regional tem colocado em prática a excelente ferramenta chamada de AGS (Acompanhamento Gerencial de Serviço), que consiste em inspeções sistemáticas às nossas Unidades do interior em vários tópicos, desde urbanidade bem como uniforme, documentação preenchida, cumprimento do cartão programa e outros de interesse público e norteados por Instruções de Serviço ou Instrução Normativas.

No policiamento e combate à criminalidade, realizamos várias operações, inclusive com outros órgãos, como exemplo o IBAMA, onde realizamos uma das maiores apreensões de madeira e animais dos últimos 10 anos.

Ciente de que ainda temos muito a realizar, nossa proposta de um modelo de gestão participativo segue firme e visando o retorno social a todos os nossos usuários das rodovias federais que passam pelo estado de São Paulo, atuando com responsabilidade, probidade, profissionalismo e, visando sempre, o interesse público.

HELENIO ROMUALDO ALMEIDA
Superintendente Regional

14 - ANEXO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ):	Código da UG:
6ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/SP	200117
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, a seguinte:</p> <p>a) Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado;</p> <p>b) Falta de Reavaliação /Redução de Ativos Permanentes, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.03.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Local	Brasília-DF
Contador Responsável	José Carlos Gomes
Data	17 de fevereiro de 2012
CRC nº	DF 9.261/O-7

José Carlos Gomes
CCONT/DPROG/SE/MJ
Coordenador

COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - BRASÍLIA - DF - CEP 70.064-000